

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Segregação, Vulnerabilidade e Desigualdades Sociais e Urbanas

GT – Cidades no Século XXI

Brasília -2017

SEGREGAÇÃO, VULNERABILIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS E URBANAS

Inaiá Maria Moreira de Carvalho*

Introdução

Este trabalho se propõe a discutir como os padrões de da segregação que prevalecem nas metrópoles brasileiras contribuem para acentuar as desigualdades sociais e a vulnerabilidade de amplos segmentos de sua população em decorrência de sua localização no espaço urbano, lastreando-se em pesquisas sobre o caso de Salvador, primeira capital do país e atualmente a sua terceira maior cidade.

Como se sabe, ainda que as cidades sejam desiguais e segregadas de longa data, a discussão mais sistemática desses fenômenos está associada à emergência, da Escola da Escola de Chicago, considerada como o marco de nascimento da Sociologia Urbana. Privilegiando a separação etno-racial e a realidade dos guetos negros esses estudos se multiplicaram nos Estados Unidos, chegando posteriormente aos países europeus e latino-americanos (onde a segregação tem um caráter predominantemente (sócio ocupacional) com a realização de diversas pesquisas sobre os seus grandes centros. Além disso, a reestruturação produtiva, a precarização do mercado de trabalho, o aumento do desemprego e das desigualdades e o avanço e concentração espacial de pobreza renovaram o interesse sobre os fenômenos em discussão. Multiplicaram-se os estudos sobre a segregação e sobre os seus impactos, com uma significativa diversidade de perspectivas e conclusões.

No debate americano, onde esta questão recebeu um maior destaque, até meados da década de 1980 as condições problemáticas das áreas segregadas eram associadas a supostos valores, normas culturais e

* Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Pesquisadora do CRH, do Observatório das Metrópoles e do CNPq. E-mail: inaiammc@ufba.br.

comportamentos dos seus moradores, que se caracterizariam pela carência de uma ética de trabalho e de respeito às leis, pela desorganização familiar e pela dependência da assistência pública. Mas essas explicações passaram a ser questionadas a partir da publicação do hoje clássico estudo de Wilson (1987), *The Truly Disadvantaged*, para quem a abordagem culturalista não possuía uma fundamentação empírica e criminalizava os verdadeiros desfavorecidos. Para esse autor, o recrudescimento da pobreza nas áreas centrais das cidades americanas constituía um produto combinado de transformações econômicas que levaram ao crescimento do desemprego e a uma queda das remunerações, com o aumento da concentração da pobreza e da homogeneidade social, associadas à debandada dos negros das classes médias e trabalhadora para vizinhanças de maior renda após a conquista dos direitos civis. Evidenciando como aquelas áreas se transformaram em depósitos de desvantagens, reproduzindo condições de vida, relações sociais e experiências pouco enriquecedoras para o desenvolvimento de crianças e jovens expostos a uma situação de isolamento e pobreza especialmente concentradas, Wilson chamou a atenção para os impactos adversos da segregação e para o que alguns autores têm denominado como “efeito bairro”, “efeito vizinhança” ou efeito território.

Partindo da premissa de que o espaço importa, multiplicaram-se estudos como os de Galster, Killen, 1995; Ellen, Turner, 1997; Bourdieu, 1997; Small, Newman, 2001; Keams, Parkinson, 2001; Bauder, 2002; Katzman, Retamoso, Rassa, 2005; Ribeiro e Katzman, 2008; Saravi, 2008; Burgos, 2009 e Sabatini, Wordmald, Rassa, 2013, sobre a referida questão. Entre outros aspectos porque, com as transformações contemporâneas do capitalismo, o tema da exclusão social foi colocado no centro dos debates e a atenção focalizada nos locais da sua concentração, que aparecia, agora, associada a novas formas de segregação urbana, marginalidade e delinquência. Nos Estados Unidos, por exemplo, as transformações assinaladas levaram a uma verdadeira degradação do gueto negro, antes integrado, e de suas instituições. Ele se transformou em depósito de uma população excedente, sem uso econômico ou político pela sociedade circundante, marcado por uma aguda

privação material, por um desemprego elevado e persistente, pelo isolamento e estigmatização dos seus moradores, deterioração das instituições públicas, crescimento da violência, do comércio de drogas e de vários tipos de atividades ilegais (Wacquant, 2008)

Em que pese a diversidade de orientações desses estudos, há uma convergência entre os vários autores quanto ao fato de que a aglomeração dos grupos despossuídos em espaços homogêneos contribui para o isolamento físico e social, limitando os âmbitos de interação e sociabilidade com outras classes, estreitando as suas redes e dificultando a aquisição do capital social necessário para facilitar o acesso a diversas oportunidades, a exemplo da inserção no mercado de trabalho, ampliando a sua desposseção. Mas se uma parte dos estudiosos destaca a influência do entorno sobre a trama social, o processo de socialização e a formação de valores, expectativas e comportamentos individuais, uma outra linha de estudos privilegia o impacto de fenômenos de caráter mais objetivo e/ou estrutural.

Galster e Killen (1995) por exemplo, ressaltam a existência de uma “geografia de oportunidades”, associada à disponibilidade e às diferenças quanto à localização, qualidade e facilidade de acesso a recursos e serviços como creches, escolas, postos de saúde, transportes e equipamentos culturais, assim como ao próprio mercado de trabalho. Nos espaços onde se concentram os grupos mais vulneráveis esse acesso é um fator negativo, que contribui para acentuar e reproduzir suas dificuldades de subsistência e os processos que levam à sua exclusão. Já o estudo antes mencionado de Wacquant, discutindo a nova pobreza das grandes cidades americanas, considera que ela decorreria da própria dinâmica do capitalismo contemporâneo, estando associada à dualização do mercado de trabalho, ao aumento das desigualdades e à retração das políticas sociais naquele país. Analisando a degradação do gueto negro, ele considera que a mesma seria resultante da degradação das economias locais da perda de milhares de empregos devido à reestruturação produtiva, da concentração espacial de pobreza, isolamento dos moradores e insuficiência da ajuda federal.

Pesquisadores latino americanos e brasileiros tendem a associar o fenômeno em apreço a características estruturais do desenvolvimento dos países de capitalismo tardio e às especificidades do seu processo de urbanização. Processo marcado pela incapacidade dos salários em cobrir as necessidades de reprodução dos trabalhadores, pela dimensão da reserva de mão de obra, pela especulação imobiliária e por uma divisão do espaço urbano em um núcleo privilegiado, onde as camadas de alta e média renda se auto segregam, e periferias pobres, desassistidas e carentes dos serviços básicos, cujos moradores são vitimados pela “espoliação urbana”, processo pelo qual os trabalhadores são extorquidos de direitos intrínsecos à condição de cidadãos urbanos. (Kowarick, 1979).

Assim, no que tange à educação, pesquisas efetuadas em vários países têm constatado a má qualidade e a tendência das escolas públicas a se diferenciar conforme a composição das áreas onde estão localizadas, com sérias desvantagens para aquelas que servem aos moradores das áreas periféricas e com alta concentração de pobres (Ainsworth, 2002; Marques, Torres, 2005; Van Zenten, 2005; Burgos, 2009, Ribeiro e Katzman, 2009; Ribeiro, Koslinski, Alves, Lasmar, 2010). Nessas escolas crianças e jovens apresentam normalmente um pior desempenho e são mais afetados por problemas como a repetência, o atraso e a evasão escolar. Embora esses fenômenos estejam associados ao nível de educação dos pais e às condições das famílias, e a contribuição do sistema escolar não pode ser menosprezada.

Atendendo a uma clientela oriunda de famílias de baixa escolaridade e renda, os referidos estabelecimentos são comumente superlotados e precários. Seus alunos pouco interagem com colegas de nível social mais elevado, deixando de ficar expostos aos efeitos positivos dos contatos com aqueles que dispõem de uma maior capital social e cultural. Regras de contratação e alocação de professores muitas vezes direcionam para esses estabelecimentos aqueles que obtiveram uma menor pontuação nos concursos ou os que ingressaram mais recentemente no magistério, enquanto os mais experientes ou com maior pontuação tendem a escolher escolas mais centrais, consideradas como “menos problemáticas” em termos de localização, acesso e

perfil do alunato. Além disso, de uma maneira geral os professores são pouco preparados para lidar com crianças e jovens que fogem aos modelos idealizados, tendendo a desenvolver uma visão preconceituosa e negativa das características e comportamento dos alunos e das suas possibilidades de aprendizagem. Nessas condições, a escola tem dificuldades de assegurar a esses alunos a educação crescentemente exigida para a incorporação ao mercado de trabalho e para uma melhor integração social.

Por outro lado, o processo de crescimento das cidades tende a combinar a expansão e a dispersão da malha urbana com a orientação dos fluxos e atividades em determinados pontos do território, com uma distribuição bastante desigual de equipamentos e serviços e um desajuste territorial crescente entre os locais de moradia e de trabalho da população. Com exceção das unidades fabris, situadas geralmente em áreas distantes e onde os terrenos são mais baratos, as atividades produtivas e as oportunidades de emprego por elas propiciadas se concentram em áreas centrais e mais afluentes, especialmente em países como os que compõem a América Latina, onde a renda se encontra especialmente concentrada. Já nas áreas homogeneamente pobres e densamente povoadas onde reside uma grande parcela da população, nem sempre o poder aquisitivo dos moradores é suficiente para estimular o surgimento de sub-centros fortes e de maiores oportunidades de emprego formal.

Frente a essa realidade os moradores das periferias são obrigados a se deslocar para áreas distantes em busca de oportunidades de trabalho, com todos os custos monetários e não monetários associados a essa decisão. Como diversos estudos têm evidenciado isto dificulta a incorporação produtiva, especialmente no caso das mulheres, que muitas vezes precisam conciliar o trabalho com as responsabilidades domésticas ou têm maiores restrições para se deslocar, especialmente à noite, temendo se expor a zonas e horários considerados como inseguros. (Katzman, Retamoso, 2001; Gomes e Amitrano, 2005; Cunha e Jacob, 2010; Sabatini, Wormald, Rassa, 2013; Molinatti, 2013; Borges e Carvalho, 2017).

Por outro lado, como para os trabalhadores de menor escolaridade e renda o acesso ao trabalho depende principalmente de contatos e indicações pessoais, a homogeneidade da vizinhança e a estreiteza das redes (compostas, basicamente, por pessoas em situação muito semelhante) dificulta a aquisição de uma maior capital social e, conseqüentemente, de informações e contatos mais favoráveis à inserção ocupacional. Além disso, algumas das áreas em discussão, desvalorizadas e marcadas pela informalidade e por uma menor presença do Estado e das instituições de controle e segurança pública, têm se tornado presas do tráfico de drogas e do crime organizado. Associados ao crescimento das desigualdades, à superposição das carências e à falta de perspectivas para muitos jovens de famílias pobres, isto tem contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência, transformando essas áreas em “territórios penalizados e penalizadores” (Wacquant, 2008) situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma residencial poderoso.

Com isso a segregação também adquire uma dimensão subjetiva, simbólica, através de processos sociais que levam à construção, atribuição e aceitação de determinados sentidos sobre os diferentes espaços e segmentos sociais, produzindo e consolidando percepções positivas ou negativas sobre os mesmos (Saravi, 2008). Esses processos têm levado a uma visão criminalizante e estigmatizadora das concentrações de baixa renda e dos seus moradores, que passam a ser associados à delinquência e à violência, com uma intensa colaboração da mídia.

Essa associação penaliza especialmente os jovens das camadas populares, que além de vítimas preferenciais da violência são frequentemente discriminados ou até levados a esconder o seu local de moradia para que o estigma residencial não se some ao preconceito social e racial (pois os mais pobres são predominantemente negros ou pardos), restringindo ainda mais suas oportunidades de trabalho. Não por acaso, pesquisa recentemente realizada pelo Instituto Datafolha na cidade de São Paulo sobre a imagem da sua periferia constatou que a mesma está associada ao caos urbano e social, e que quase um quarto dos paulistanos já sofreu preconceito em razão do seu

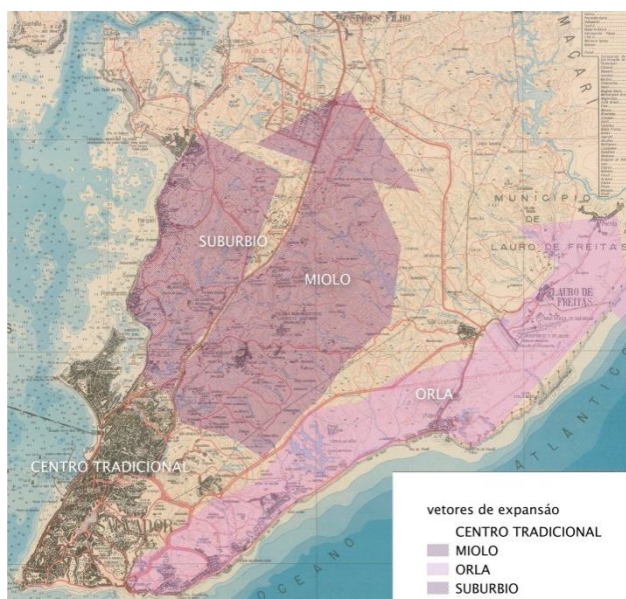
local de moradia, sendo que entre aqueles que se autodeclararam negros esse número chegou a 34% (Folha de São Paulo, 2016).

Segregação, Desigualdades e Vulnerabilidade em Salvador

Fenômenos dessa ordem foram observados em Salvador, capital colonial do Brasil e hoje a sua terceira maior cidade, como já foi mencionado, com uma população de 2.674.923 habitantes conforme o Censo de 2010, e onde os padrões atuais de apropriação do espaço urbano e de segregação se conformaram e consolidaram a partir dos anos 1960. Foi nesse período, marcado por uma extraordinária expansão econômica e populacional, pela modernização e pela metropolização da velha cidade, que seu desenvolvimento se orientou em torno de três grandes vetores: a Orla Atlântica, o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos, que se somaram à antiga área central, hoje relativamente estagnada e decadente, conforme apresentado na Figura I.

Figura I

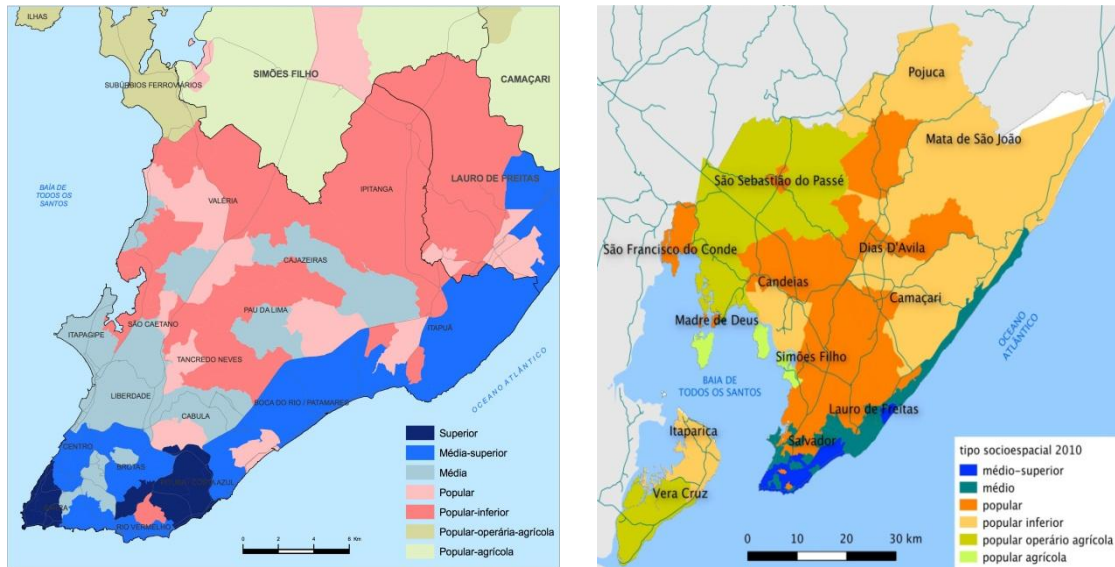
Vetores de Expansão de Salvador, anos 1970



O primeiro constitui a área “nobre” de Salvador, onde se concentram os brancos, a população de alta e média renda, os investimentos públicos, os equipamentos e serviços urbanos, as atrações turísticas, os interesses do capital imobiliário e as oportunidades de trabalho e renda, ainda que elas persistam relevantes no centro tradicional. O segundo, assim denominado pela sua localização no centro geográfico do município, começou a ser ocupado por conjuntos habitacionais construídos para a chamada “classe média baixa” pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, com a sua expansão continuada por loteamentos populares e ocupações ilegais, onde reside uma população predominante negra e pobre. Com uma composição social similar, o Subúrbio Ferroviário teve a sua origem associada historicamente à implantação de uma linha férrea direcionada ao interior do Estado, expandindo-se posteriormente também através de loteamentos e ocupações de baixa renda, assim como pela transferência efetuada pela prefeitura municipal de moradores de ocupações erradicadas da parte “nobre” da cidade para essa área no decorrer da modernização da velha capital. Assim ela se transformou em um espaço igualmente problemático, marcado pela precariedade habitacional, pela carência de infraestrutura e serviços básicos, pela pobreza e, mais recentemente, por altos índices de violência¹.

¹ A apropriação diferenciada do território de Salvador e seus padrões de segregação foi analisada por Carvalho e Pereira (2008 e 2014), com a metodologia do Observatório das Metrôpoles e os dados dos Censos de 2000 e 2010 sobre as ocupações da população economicamente ativa da cidade. Com a classificação e a agregação dessas ocupações em categorias mais abrangentes e considerando a sua distribuição nas diversas áreas da cidade, foi elaborada uma tipologia que as classifica como superior, média superior, média, média popular, popular e popular inferior, de acordo com a composição dos seus moradores. Esta composição vem persistindo basicamente ao longo das três últimas décadas, com pequenas transformações, mas o mapa de 2000 é o que melhor expressa sua diferenciação, pois em decorrência de algumas mudanças efetuadas na metodologia do Censo de 2010 não foi possível, para esse ano, efetuar uma classificação mais detalhada e refinada das áreas em questão.

**Figura II – Tipologia Socioespacial
Salvador – 2000 e 2010**



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. Conforme Carvalho e Pereira, 2014.

Com isso a área central e mais antiga de Salvador, a Orla Atlântica, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário configuram o que Carvalho e Pereira (2008) qualificaram como a “cidade tradicional”, a “cidade moderna” e a “cidade precária”. E como seria de esperar, as características e diferenças entre essas “cidades” contribuem para ampliar e reproduzir as desigualdades e a vulnerabilidade econômica e social dos seus moradores, com a aglomeração de grupos despossuídos em largos espaços homogêneos associados a uma distribuição de recursos e oportunidades que estabelece diferenças significativas quanto à disponibilidade, qualidade e facilidades de acesso a equipamentos e serviços e às condições de vida, em geral, sendo privilegiados, no presente texto, o acesso à educação, ao mercado de trabalho e a exposição à violência letal.

O Acesso à Educação

Dando início a essa discussão vale lembrar que apesar de algumas expressivas melhorias observadas nos últimos anos (como a que diz respeito à universalização do ensino fundamental) os padrões de educação no Brasil ainda estão distantes do desejável. Mantem-se um acesso relativamente restrito ao ensino infantil, ao ensino médio e, especialmente, ao ensino superior², assim como um baixo desempenho escolar de boa parcela dos estudantes, que se traduz em elevadas taxas de reprovação, defasagem entre idade e série e abandono precoce da escola, notadamente nas regiões menos desenvolvidas do país, como o Norte e o Nordeste.

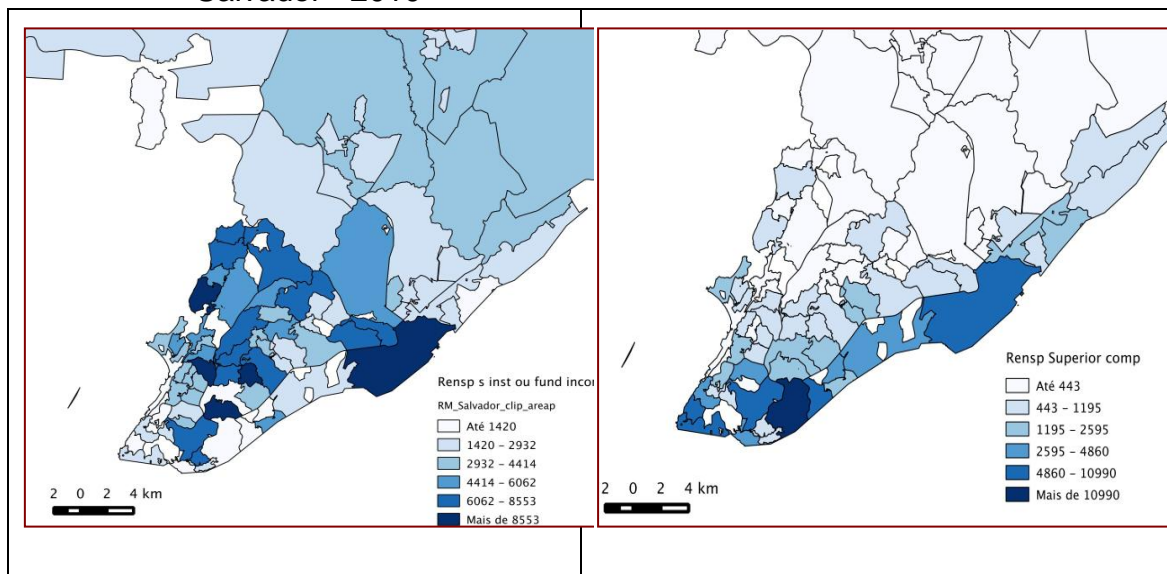
² O sistema educacional brasileiro abrange o ensino pré-escolar, e o ensino básico, o ensino superior e a pós-graduação. O ensino básico está dividido entre o ensino fundamental, com a duração de nove anos, e o ensino médio, que abrange mais outros três. Conforme assinalado o acesso ao ensino fundamental está praticamente universalizado, mas no caso do ensino médio e do ensino superior ele ainda é restrito. Foi visto anteriormente, a frequência ao ensino fundamental foi praticamente universalizada, mas isto não ocorreu com o ensino infantil e o ensino médio, legalmente obrigatórios, e o acesso à universidade é bastante restrito no país. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD, 91,9% da população entre 6-14 anos estava cursando o ensino fundamental em 2012, mas apenas 51,6% dos jovens de 5 a 16 anos se encontravam no ensino médio. As taxas de reprovação, distorção e abandono precoce da escola eram elevadas e entre as pessoas de 25 anos e mais de idade a média de anos de ensino não ia além de 7,6 anos.

Localizada nessa última região, Salvador apresenta indicadores educacionais ainda mais insatisfatórios. Conforme dados do Censo de 2010 apresentado por Fernandes e Carvalho (2014), em Salvador e sua região metropolitana³ foram encontrados entre os responsáveis pelos domicílios pesquisados 34,3% de moradores sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto; 16,1% com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, e apenas 13,9% com o ensino superior concluído. Entre as crianças e adolescentes de 7 a 15 anos que frequentavam a escola em 2010 mais de 70% apresentavam um atraso escolar de um ano, e cerca da metade de dois anos. E entre os adolescentes de 15-17 anos, que deveriam estar frequentando o ensino médio, o abandono escolar foi estimado em 14,5%. Além disso, como seria de esperar, esses indicadores se diferenciam conforme o padrão de ocupação do espaço urbano, sendo particularmente desfavoráveis nos bairros populares do Centro, do Miolo e do Subúrbio, assim como em alguns poucos enclaves de baixa renda que conseguiram se consolidar e persistir na Orla Atlântica. As figuras que se seguem são bastantes ilustrativas a esse respeito, mostrando como os responsáveis pelos domicílios pesquisados pelo Censo sem instrução ou com apenas o fundamental completo estão sobretudo nos espaços acima mencionados, como seria de esperar, enquanto aqueles que concluíram o nível superior se concentram em áreas de tipo médio superior da Orla Atlântica da cidade⁴

³ A Região Metropolitana de Salvador – RMS é composta pelo município polo, (que concentra 75% de sua população) e um conjunto de mais 14 municípios de pequeno porte, ainda que alguns deles tenham uma grande importância econômica, a exemplo de São Francisco do Conde e Camaçari, que sediam uma refinaria de petróleo e um rico polo industrial, centrado na petroquímica.

⁴ Como exceção nota-se uma área da Orla com uma elevada frequência de responsáveis tanto sem instrução ou com fundamental completo como de responsáveis tanto sem instrução ou com fundamental completo como de responsáveis de nível superior. Isto se deve à metodologia utilizada pelo IBGE no Censo de 2010, que incluiu o Bairro da Paz, um pequeno enclave de tipo popular bastante populoso, em uma área onde predominam condomínios fechados de tipo médio e médio superior.

Figura III
Responsáveis por domicílios sem
instrução ou com fundamental
incompleto
Salvador - 2010



Fonte: IBGE/Censo demográfico, 2010. Elaboração das autoras.

Além disso, confirmando as observações da literatura apresentada no início do presente trabalho, essas desigualdades não estão dissociadas das condições do sistema de ensino (mais precisamente, do ensino público, que atende às camadas populares e à maioria da população) e de sua distribuição e diferenciação no espaço urbano, como bem analisa Costa Silva (2016).

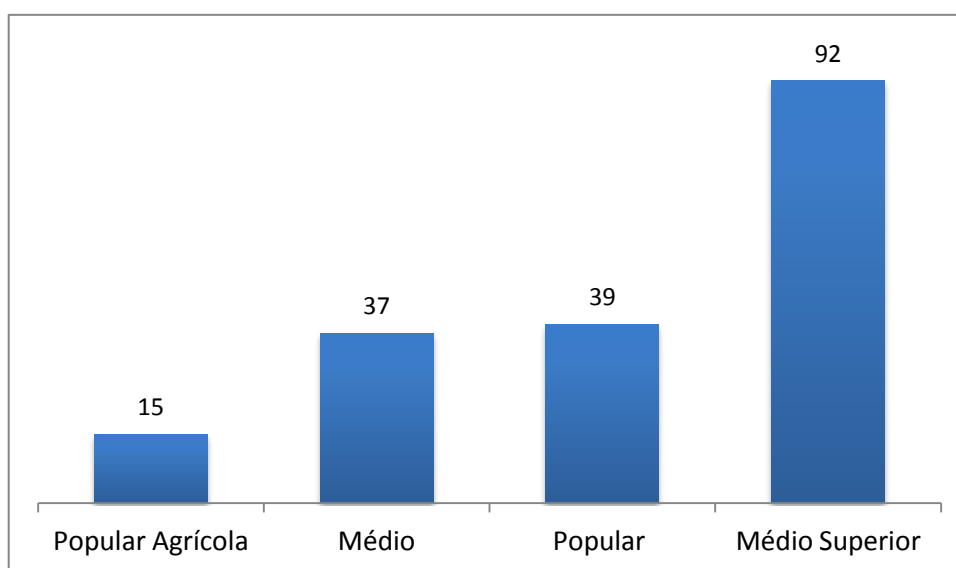
Embora os estabelecimentos do ensino público persistam localizados sobretudo na área central de Salvador, a expansão do ensino fundamental nos últimos anos levou essas escolas a praticamente toda a cidade, ainda que na maioria dos casos elas se caracterizem pela precariedade de sua infraestrutura, não dispondo de biblioteca, quadra de esportes, laboratório de ciências ou laboratório de informática. Mas os estabelecimentos de ensino médio (cujo acesso ainda é restrito a uma minoria da população) têm uma presença mais rarefeita nos bairros do tipo popular, estando localizados notadamente na área central e na Orla da capital baiana. Além disso, confirmando as observações da literatura mencionada no início do presente

texto, a **qualidade** desse conjunto de estabelecimentos se diferencia significativamente de acordo com a sua localização.

A partir de um trabalho de Sganzerla (2013) que cruzou dados do Censo Escolar do INEP/MEC e do Censo Demográfico de 2010, selecionado e localizando no território da Região Metropolitana de Salvador as escolas consideradas como bem equipadas (ou seja, aquelas que dispunham simultaneamente de laboratório de ciências, laboratório de informática e biblioteca). Fernandes e Carvalho (2014) constataram que a grande maioria dessas escolas estava localizada não apenas no município polo como nos seus espaços “nobres” de tipo médio superior, como bem ilustra o gráfico seguinte.

Gráfico I

**Escolas com melhores equipamentos segundo a tipologia socioespacial
Região Metropolitana de Salvador - 2010**



Fontes: Sganzerla, 2013; Observatório da Metrôpoles, 2013.

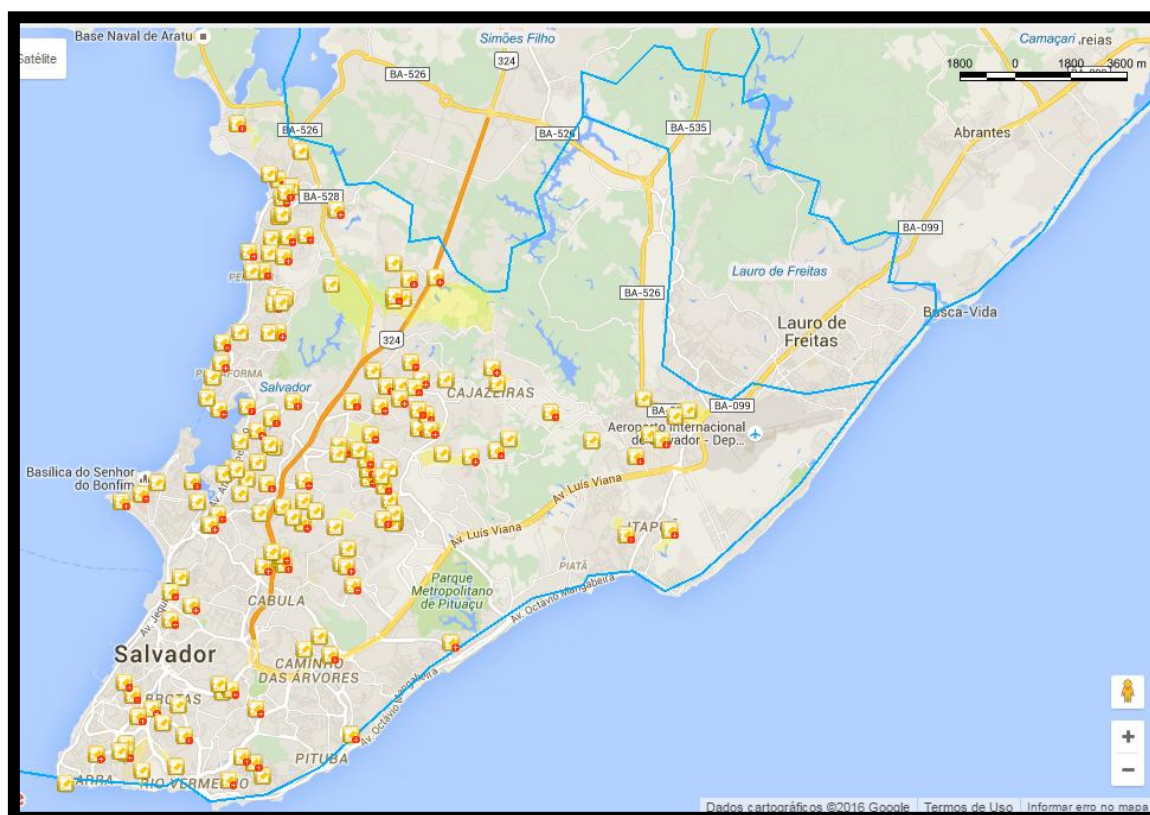
Como ressalta Costa Silva, a dificuldade de acesso a escolas bem equipadas no que tange aos laboratórios de informática pelos alunos residentes nos espaços tipo popular constitui uma barreira adicional à aquisição de habilidades essenciais no mundo contemporâneo, sobretudo se for levado em conta como parte desses alunos também não têm acesso a um computador no âmbito doméstico, conforme constatado pela sua pesquisa.

Essa pesquisa evidenciou que os indicadores relativos à formação do corpo docente, à relação professor/aluno e à disponibilidade de suporte pedagógico, entre outros, são igualmente desfavoráveis às áreas em questão. Ainda que a presença de professores sem formação de nível superior persista amplamente nas escolas da cidade, os avanços educacionais registrados ao longo dos últimos anos têm levado a uma sua relativa redução. Mas isto tem beneficiado sobretudo os estabelecimentos sediados nos bairros centrais e na “área nobre” da Orla Atlântica, confirmando que os profissionais com maior qualificação e possibilidades de escola tendem a procurar esses estabelecimentos⁵. Já a relação entre o número de alunos matriculados e de docentes expressa uma das diferenças mais significativas para a presente discussão. As escolas com elevada proporção de alunos/professor praticamente inexistiam na área central e na Orla, concentrando-se nos bairros pobres do Miolo e do Subúrbio, conforme ilustrado pela figura que se segue. Como se sabe, essa proporção se reflete no cotidiano das escolas, interferindo sobre as possibilidades de atenção, acompanhamento e estímulo aos estudantes e sobre a formação de laços subjetivos entre professores e alunos, com impactos relevantes sobre o seu rendimento e possibilidades de sucesso em termos educacionais⁶.

⁵ No caso de Salvador, essa escolha também deve levar em conta que esses estabelecimentos, de responsabilidade do governo estadual, possuem uma melhor infraestrutura.

⁶ A elevada proporção de alunos por docente pode estar associada a falta de professores, sobrecarga de trabalho e dificuldades de obter e manter esses profissionais por um longo período nas escolas dos bairros pobres da cidade.

Figura V
Localização das Escolas Públicas e Privadas com Matrícula/Docente Igual ou Superior a 20 - Salvador – 2010



Fonte: Sistema Azimute-SEI. IBGE - Censo Demográfico / INEP - Censo Escolar. Conforme Costa Silva, 2016.

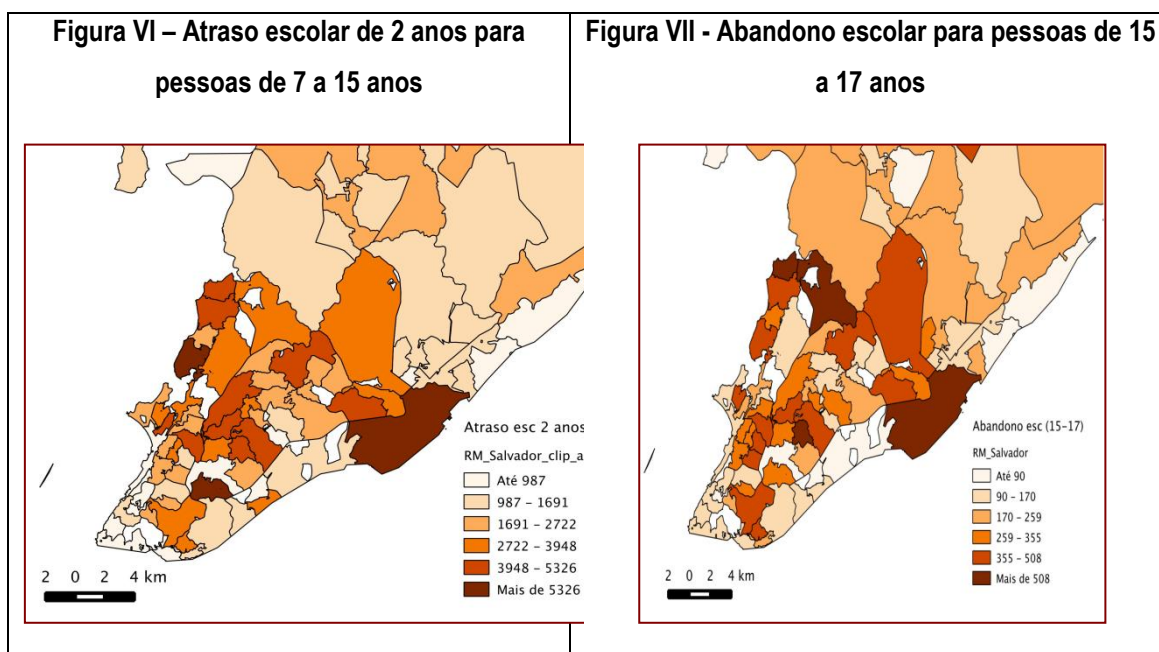
Por outro lado, a distribuição de coordenadores pedagógicos efetuada pela Coordenação Regional de Educação (divisão administrativa da educação municipal) é bastante desigual. As unidades situadas nas coordenações regionais do Subúrbio I, do Subúrbio II e de Cajazeiras, áreas mais pobres da cidade, possuíam coordenadores em apenas 21%, 14% e 13% das suas escolas. Já na coordenação regional do centro a proporção de escolas que dispunham desses profissionais no seu quadro chegava a 67,5% em 2010, conforme levantamento da Secretaria Municipal de Educação de Salvador (Costa Silva, p. 178). Além disso, em resposta a uma indagação da Prova Brasil de 2011 sobre o futuro escolar dos seus alunos, os professores deixaram claro as suas baixas expectativas (reduzidas à medida em que os mesmos avançassem no sistema de ensino), uma vez que 54,5% considerava

que eles concluiriam o ensino fundamental, 40,1% que concluiriam o ensino médio e apenas 12,9% que os mesmos chegariam à universidade.

Essas respostas não deixam de ser realistas, mas expressam também a percepção dos docentes quanto às dificuldades de aprendizagem dos seus alunos, atribuídas sobretudo à sua origem e contexto social. Elas seriam decorrentes da falta de acompanhamento e assistência da família nas tarefas de casa e pesquisas para 61% dos professores, do desinteresse e falta de esforço dos alunos para 56%, do meio em que vivem para 53%, do nível cultural dos pais para 50%, da indisciplina na sala de aula para 48% e de questões vinculadas a uma baixa autoestima para outros 48%. Problemas institucionais e pedagógicos apareceram em último lugar e os docentes consideravam ter pouco poder para reverter as referidas dificuldades, sugerindo que a socialização institucional e seus efeitos adversos não podem igualmente ser ignorados.

Tendo em vista essas condições e levando em conta que é justamente nas áreas mais pobres e segregadas que a educação das crianças e jovens demanda da escola um maior cuidado e qualificação, não é surpreendente que problemas como o atraso e o abandono da escola sejam aí bem mais frequentes. Os mapas apresentados Fernandes e Carvalho e reproduzidos nas figuras que se seguem são bastante ilustrativos a esse respeito⁷.

⁷ As figuras deixam patentes a maior frequência do atraso e do abandono escolar nas áreas de tipo popular do Miolo e do Subúrbio, mas também aparece uma mancha acentuada desses fenômenos em um espaço da Orla. Isto se deve aos procedimentos metodológicos adotados pelo IBGE no Censo de 2010, que, como foi visto, levaram a inclusão do Bairro da Paz, enclave de baixa renda bastante populoso, em uma área predominantemente de classe média.



Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Conforme Fernandes e Carvalho, 2014.

O Acesso ao Emprego

Sem que o sistema escolar lhes propicie a aprendizagem e o avanço necessários para o alcance das credenciais educacionais cada vez mais exigidas para a conquista de melhores condições de ocupação, integração e mobilidade social, os moradores dos espaços populares e segregados também são penalizados pela distribuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços e das oportunidades de emprego e de obtenção de renda no espaço urbano. Como foi visto anteriormente, os padrões de urbanização e a concentração da renda que têm marcado o desenvolvimento dos países da periferia vêm levando a uma enorme concentração das oportunidades de emprego e renda no centro das cidades e em alguns poucos dos seus bairros afluentes. Com isso a distribuição dos empregadores (estabelecimentos) e dos empregos no espaço urbano termina por se somar às desvantagens educacionais, à estreiteza das redes sociais (reduzidas pelo isolamento e limitadas, muitas vezes, a vizinhos e familiares nas mesmas condições de vulnerabilidade) e à discriminação racial e social contra os residentes em

bairros percebidos como degradados e violentos, reforçando os efeitos adversos da segregação.

No caso de Salvador, onde os problemas ocupacionais são especialmente acentuados, dados do Ministério do Trabalho/RAIS sobre a localização dos estabelecimentos empregadores por setor de atividade em 2010, sistematizados por regiões administrativas e adaptados à tipologia sócio espacial antes mencionada, deixam patente como os mesmos se encontravam concentrados na área central e na Orla Atlântica, sendo bastante escassos nas regiões densamente povoadas do Miolo, do Subúrbio Ferroviário e dos limites da cidade com os municípios industriais vizinhos da sua região metropolitana. A concentração em apreço era especialmente acentuada nas atividades de serviços, uma vez que 65% deles estavam localizados em apenas quatro e 80% em sete das dezoito regiões administrativas da cidade, todas elas espaços que poderiam ser classificados como de tipo médio ou médio superior,⁸. O comércio se encontrava melhor distribuído espacialmente, com forte presença em áreas densamente habitadas pelos estratos médios e populares, enquanto as empresas da construção civil, bem menos numerosas, se espalhavam pelo território urbano, com destaque para as áreas da Orla e do Miolo, que vêm concentrando investimentos públicos e privados.

Conforme constatado por Borges e Carvalho (2016) essa distribuição das atividades econômicas se traduzia em uma concentração de empregos formais de modo bastante desproporcional à distribuição da população no território da cidade. Esta desproporção fica patente na Tabela I, em especial através do indicador razão postos de trabalho/mil habitantes por região administrativa (RA). Na região administrativa Centro, que corresponde à área de ocupação mais antiga e que sediou o centro administrativo e econômico da cidade até os anos 1970, o número de postos de trabalho

⁸ Como seria de esperar, os serviços organizados empresarialmente estavam localizados sobretudo em áreas próximas às famílias de alta e média renda, seus consumidores preferenciais, enquanto o comércio, embora desigualmente distribuído, tinha também uma forte presença em espaços do tipo médio e popular mais antigos e consolidados. Em algumas áreas periféricas do tipo popular havia uma tendência à expansão de grandes redes de supermercado e de comércio varejista direcionadas às camadas de baixa renda, que vinham obtendo ganhos reais de salários e acesso crescente ao crédito em 2010, Não se sabe se essa tendência persistiu ou foi abortada com a crise econômica dos últimos anos.

formais era superior ao da própria população moradora, configurando a situação mais comum de um centro urbano que já perdeu, em muitos trechos, sua função residencial. No restante do território os empregos se localizavam sobretudo em regiões que correspondem a bairros da Orla, ocupados predominantemente pela população de maior renda ou situados nas suas proximidades.

Sete das referidas regiões administrativas sediavam 75,5% dos postos formais da cidade e apenas 37,1% da sua população, enquanto a outra face dessa concentração ficava visível nos RAs localizadas no Miolo (como Pau da Lima, Tancredo Neves, Cabula, Cajazeiras e Ipitanga), na RA de Valéria e no Subúrbio Ferroviário, espaços ocupados predominantemente pelas camadas de baixa renda. Nessas sete RAs residia 43,7% dos habitantes de Salvador em 2010, mas aí eram encontrados apenas 15,6% dos empregos com registro formal do município, revelando a existência de oportunidades de trabalho locais restritas e elevados níveis de informalidade.

Tabela I
População e postos de trabalho por Regiões Administrativas
Salvador 2010*

Regiões Administrativas	Pessoas Residentes		Postos de Trabalho		Postos de Trabalho/mil habitantes
	N	%	N	%	
<i>De tipo predominantemente médio ou médio superior</i>					
Centro	100.232	3,5	143.498	20,3	1.431,7
Pituba-Costa Azul	184.298	6,4	136.783	19,3	742,2
Barra	95.348	3,3	46.856	6,6	491,4
Itapuã	235.612	8,1	86.623	12,2	367,7
Boca do Rio-Patamares	118.334	4,3	18.041	5,4	321,5
Brotas	209.112	7,3	58.724	8,3	280,8
Rio Vermelho	133.571	4,6	31.154	4,4	233,2
<i>De tipo predominantemente médio/popular</i>					
Itapagipe	172.921	6,0	23.163	3,3	134,0
Cabula	170.113	5,9	21.516	3,0	126,5
Liberdade	172.685	6,0	16.947	2,4	98,1
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
<i>De tipo predominantemente popular/popular inferior</i>					
Valéria	65.073	2,2	10.698	1,5	164,4
Pau da Lima	264.017	9,1	29.145	4,1	110,3
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
Tancredo Neves	245.230	8,5	18.284	2,6	74,6
Subúrbio	290.017	10,0	19.949	2,8	68,8
Cajazeiras	162.687	5,6	5.460	0,8	33,6
Ilhas	6.434	0,2	-	-	-

Fonte: MTE. RAIS. DIEESE/SETRE. Observatório do Trabalho. Conforme Borges e Carvalho, 2017.

*Como a área das regiões administrativas não se confunde exatamente com a das AEDS, a classificação de sua composição social é aproximada.

Conforme assinalado anteriormente, como parte do que poderia ser considerada como uma geografia de oportunidades, a concentração dos postos de trabalho socialmente protegidos nas áreas ocupadas predominantemente pelos estratos médios e superiores se soma aos impactos adversos da moradia em áreas populares periféricas e segregadas, contribuindo para dificultar a incorporação produtiva dos residentes nas referidas áreas, principalmente no

caso dos jovens, dos negros, das mulheres e daqueles dotados de uma menor escolaridade. Apesar da conjuntura relativamente mais favorável daquele ano em termos ocupacionais, a frequência de jovens com idade entre 16 e 29 anos que não estudavam, não trabalhavam nem procuravam emprego (sendo por isso denominados como nem/nem) era normalmente mais elevada nas áreas de tipo popular que nas de tipo médio e médio superior, conforme demonstra a Tabela II.

Tabela II
Percentual de Jovens que não Trabalhavam não Estudavam, nem Procuravam Emprego*, Segundo Características Pessoais Salvador 2010

Características Seleccionadas	Município de Salvador	Áreas Segundo Tipologia		
		Popular	Médio	Médio Superior
Total	15,2	16,7	15,2	11,7
Sexo				
Homens	11,8	12,7	11,6	10,0
Mulheres	18,4	20,5	18,7	13,1
Cor ou raça**				
Negra	15,5	16,5	15,6	12,0
Não negra	13,3	15,9	13,6	11,0
Escolaridade				
Sem instrução e fundamental incompleto	23,1	24,3	22,4	18,4
Fundamental completo e médio incompleto	11,3	11,7	11,6	8,6
Médio completo e superior incompleto	14,9	15,9	14,7	13,2
Superior completo	7,6	6,5	7,5	8,0

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010, tabulações especiais (elaboração própria). Conforme Borges e Carvalho, 2016.

*Jovens "Nem-Nem": Pessoas de 16 a 29 anos que não trabalham, não procuram emprego e nem estudam.

**Negra: Pretos e pardos; Não negra = brancos, indígenas e amarelos, conforme classificação do IBGE.

O local de moradia também estaria contribuindo para uma maior exposição ao desemprego, cuja taxa média alcançava 16% nos espaços de tipo popular, 13,2% naqueles de tipo médio e 7,1% nos de tipo superior, sendo

a desigualdade especialmente acentuada entre as mulheres e os negros, mas também significativa entre trabalhadores do mesmo grupo etário.

Tabela III
Taxas de Desemprego Segundo Características Pessoais
Salvador, 2010

Características Seleccionadas	Município de Salvador	Áreas Segundo Tipologia		
		Popular	Médio	Médio Superior
Total	13,1	16,0	13,2	7,1
Sexo				
Homens	9,6	11,1	9,9	5,7
Mulheres	16,7	21,3	16,6	8,3
Cor ou raça*				
Negra	14,0	16,2	13,8	8,2
Não negra	9,3	14,5	10,2	5,5
Escolaridade				
Sem instrução e fundamental incompleto	15,0	16,3	14,5	9,3
Fundamental completo e médio incompleto	17,9	20,1	16,9	11,5
Médio completo e superior incompleto	12,8	14,4	12,6	9,5
Superior completo	4,6	6,9	5,5	3,8
Idade				
De 10 a 15 anos	38,0	41,7	35,4	26,2
De 16 a 29 anos	21,8	25,4	21,2	13,7
De 30 a 59 anos	8,5	10,3	8,8	4,5
60 anos ou mais	3,4	4,3	3,5	2,4

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010, tabulações especiais. Conforme Borges e Carvalho, 2017.

*Negra = Pretos e pardos; Não negra = brancos, indígenas e amarelos, conforme classificação do IBGE.

Já no que se refere à informalidade (outro indicador de ocupação precária) a situação era mais complexa, pois suas taxas entre moradores de áreas de tipo popular chegavam a ser, em alguns casos, inferiores àquelas encontradas entre residentes em espaços do tipo médio superior. Analisando

esse fenômeno, Borges e Carvalho consideram que o mesmo se devia ao perfil da maioria dos postos gerados na primeira década do presente século em Salvador: postos de trabalho na construção civil (um espaço de entrada no mercado de trabalho de homens jovens menos escolarizados), no comércio e em serviços de apoio, onde se multiplicaram empregos com registro em carteira menos qualificados, com remuneração igual ou próxima ao salário mínimo. Paralelamente, a expansão econômica do período foi marcada por um aprofundamento da flexibilização e precarização dos postos que absorvem os trabalhadores mais escolarizados e com melhores salários, que tendem a residir em espaços do tipo médio e médio superior.

Tabela IV
Percentual de Ocupados Informais* Segundo Características Pessoais
Salvador 2010

Características Seleccionadas	Município de Salvador	Áreas Segundo Tipologia		
		Popular	Médio	Médio Superior
Total	41,4	44,2	41,4	36,3
Sexo				
Homens	35,3	35,5	35,9	33,7
Mulheres	48,4	55,1	47,8	38,8
Cor ou raça**				
Negra	42,6	44,5	42,0	38,6
Não negra	37,2	42,3	38,8	33,2
Escolaridade				
Sem instrução e fundamental incompleto	62,1	60,6	62,9	67,0
Fundamental completo e médio incompleto	50,5	50,1	49,9	55,1
Médio completo e superior incompleto	32,5	31,2	31,5	37,7
Superior completo	23,0	18,4	19,4	25,3
Idade				
De 10 a 15 anos	92,7	92,6	93,0	91,6
De 16 a 29 anos	39,3	39,8	37,7	41,6
De 30 a 59 anos	40,7	44,5	41,5	32,8
60 anos ou mais	53,1	60,2	55,1	44,5

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010, tabulações especiais. Conforme Borges e Carvalho, 2016.

*Ocupados informais: Trabalhadores domésticos, Conta-própria, empregados sem carteira, Não remunerados e Trabalhadores na produção para o próprio consumo.

**Negra: Pretos e pardos; Não negra: brancos, indígenas e amarelos, cf. classificação do IBGE.

A Exposição à Violência

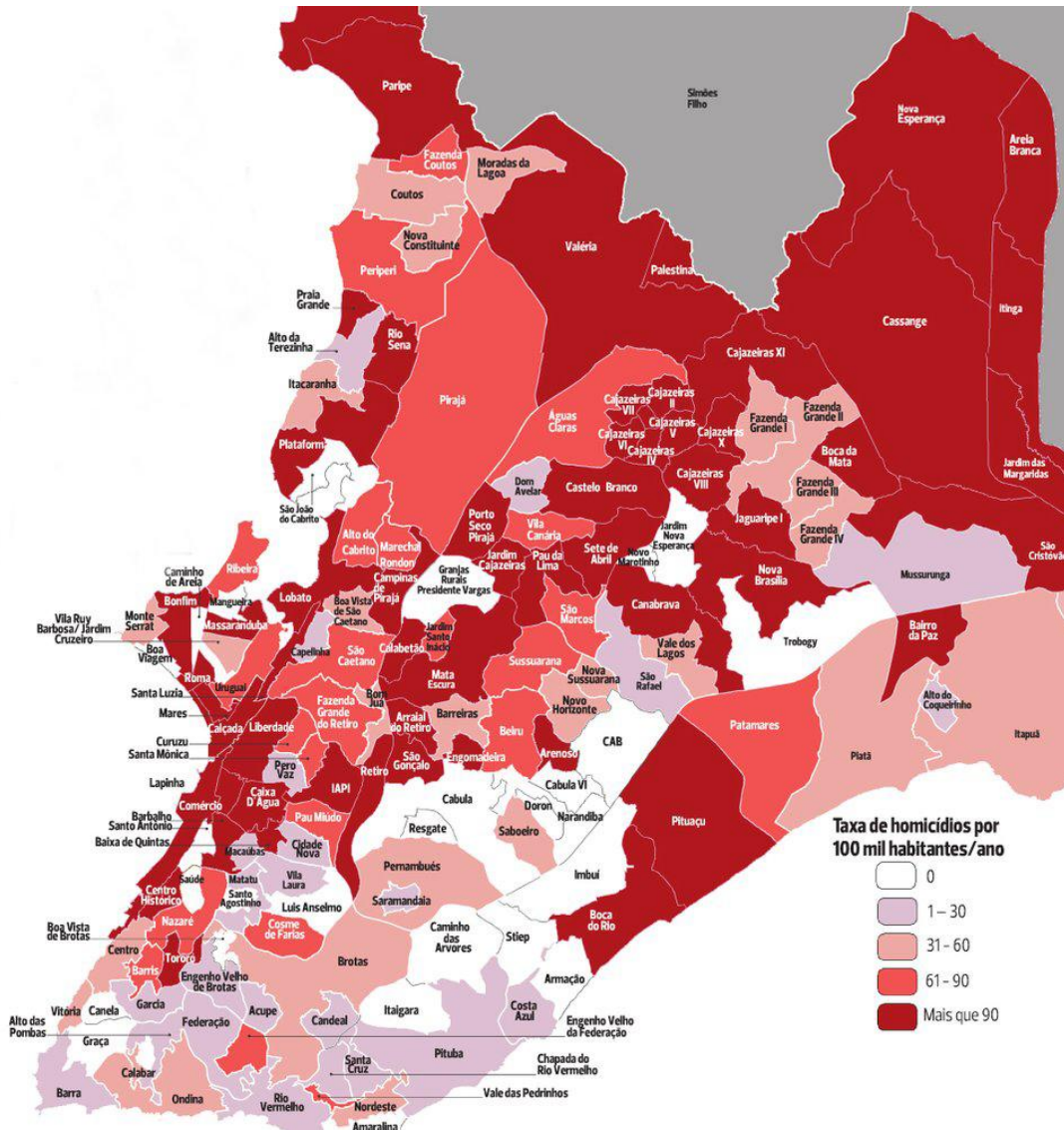
Por outro lado, na sociedade brasileira, que se transformou em uma das mais violentas do mundo, com um número de mortos por homicídios similar ou até superior ao de alguns países em guerra, a concentração da população de menor renda em áreas homogêneas, segregadas e desassistidas também tem ampliado a sua exposição à criminalidade, à violência e à morte precoce.

Em Salvador como em outras cidades brasileiras, algumas das áreas segregadas, desvalorizadas e marcadas pela informalidade e por uma presença mais reduzida do Estado e das instituições de segurança pública, têm se tornado presas do tráfico de drogas e de outras formas de ilegalidade. Conforme assinalado anteriormente organizações criminosas têm se apropriado desses territórios, articulando a partir dos mesmos as suas ações no espaço mais amplo da cidade, dominando os moradores locais e recrutando jovens pobres, predominantemente negros e sem perspectivas, para o consumo de drogas e para a delinquência e contribuindo para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência nos espaços em questão. Não por acaso o perfil típico das vítimas dos homicídios é constituído por jovens, pobres, negros ou pardos e moradores das periferias.

Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia deixam patente como na metrópole baiana a geografia dos homicídios está bastante associada aos padrões de segregação, com a sua concentração em bairros populares e periféricos. Mais precisamente, em bairros situados no Miolo, no Subúrbio Ferroviário e nas extremidades do município (como Cajazeiras, Castelo Branco, Pau da Lima, Canabrava, Mata Escura, Calabetão, Paripe, Plataforma, Rio Sena, Palestina e Lobato), ou algumas poucas ocupações ilegais que se consolidaram e persistem em pequenos enclaves da Orla, a exemplo do Bairro da Paz, Pituaçu e Boca do Rio, onde a taxa de homicídios por 100 mil habitantes/ano chega a mais de 90. Nas áreas de tipo médio e médio superior (como a Barra, o Rio Vermelho, e a Pituba/Costa Azul) essa taxa decresce significativamente, chegando a zero em outros espaços do mesmo tipo ou mais exclusivos, como os bairros do Canela, Graça, Caminho das Árvores e Itaipara, de acordo com a figura que se segue.

Figura VIII

Distribuição dos Homicídios – Salvador 2012



Contraditoriamente, porém, a distribuição dos policiais que atuam na capital baiana se dá em proporção inversa à frequência dos homicídios. A região mais “nobre” da cidade, que compreende os bairros da Graça, da Barra e o Corredor da Vitória, onde ocorreram apenas três homicídios em 2012, conta com uma Delegacia Territorial, a 14ª, e uma companhia da Polícia Militar para cuidar da segurança dos seus 40.997 habitantes. Em contrapartida, os 374.013 moradores de 22 bairros populares de uma região que tem em seus

extremos os bairros de Pernambués, Calabetão, CAB e Mata Escura, onde no ano em curso já haviam morrido 79 pessoas, também tinham direito a uma delegacia, a 11ª DT. Em outra área crítica da cidade, que compreendia nove bairros populares entre o São Caetano e a Fazenda Grande, com uma população de 216.260 habitantes e um registro de 51 vítimas fatais da violência no mesmo período, encontrava-se também uma única delegacia (a 4ª DT) e uma companhia da Polícia Militar, conforme dados oficiais divulgados em reportagem do jornal Correio da Bahia (2012).

Algumas Observações Finais

Vários indicadores poderiam ser agregados à presente discussão. Como ocorre normalmente nas cidades brasileiras, parques públicos, cinemas, teatros, museus e outros equipamentos culturais se concentram quase que absolutamente na “área nobre” da capital baiana. Além disso, os padrões de ocupação do solo urbano e da segregação, a “cultura do automóvel”, a carência de políticas direcionadas a uma descentralização das atividades e de um sistema de transporte público de massa mais integrado e eficiente vêm extremando os problemas de mobilidade e penalizando a população. Especialmente no caso dos seus contingentes pobres, moradores dos bairros periféricos mais diversos e distantes (ponto de partida de grande maioria de viagens que se dispersam espacialmente) que são obrigados a deslocamentos cotidianos em um sistema de transportes de muito baixa qualidade, com uma ampliação crescente dos custos monetários dos deslocamentos.

Por isso, como o caso de Salvador deixa patente, não se pode desconhecer a contribuição do território e dos processos de segregação sobre a produção e reprodução da vulnerabilidade e das desigualdades que afetam a maioria dos moradores das áreas urbanas. Como o espaço e as hierarquias sociais se retraduzem no espaço físico, como assinala Bourdieu (1999) em sociedade desiguais e hierarquizados não há espaços que também não sejam hierarquizados e que não expressem a estratificação e as distâncias sociais. Sendo assim, os segmentos que se encontram no topo da hierarquia, em

decorrência do capital econômico, social e cultural de que são detentores, têm a capacidade de se apropriar dos espaços mais seletivos e privilegiados e dos bens e serviços mais raros e desejáveis neles instalados. Já aqueles que estão na base da estrutura e das hierarquias são mantidos à distância desses espaços e levados a se instalar em áreas mais desfavoráveis, distantes e abandonadas, onde carências de várias ordens se conjugam e se reforçam e onde a concentração dos despossuídos termina agravando a sua despossessão. Especialmente nas metrópoles da periferia ou da semi-periferia, como Salvador, onde as desigualdades intra-urbanas e os impactos da segregação vêm tentando a se acentuar com as transformações e a crise do presente e as novas orientações das políticas urbanas.

Com a difusão e a adesão crescentes ao denominado “planejamento estratégico”, essas políticas vêm privilegiando cada vez mais a transformação da cidade em uma máquina de crescimento, com a busca de uma “competitividade” orientada para atrair investimentos e capitais que circulam no espaço sem fronteiras do mundo globalizado, a restrição de recursos, inversões e ações do poder público, ênfase nos mecanismos de mercado e uma influência cada vez maior das grandes corporações nos rumos do seu desenvolvimento. Desenvolvimento que se aprofunda, agora, dentro de uma lógica mais estritamente capitalista, sem maiores considerações sobre a cidade como um bem coletivo e sobre as necessidades e demandas mais amplas da população. Frente a esse quadro, urge ampliar os debates sobre os fenômenos abordados no presente texto e, sobretudo, a luta política pela sua transformação, de modo que a conquista do direito à cidade e ao bem estar urbano seja associada ao avanço da democracia e à ampliação e universalização dos direitos básicos de cidadania.

Referências Bibliográficas

AINSWORTH, J. L. Why does it take a village. Mediation of neighborhood effects on educational achievement. The University of North Carolina Press, 202.

ANDRADE, Luciana T; SILVEIRA, Leonardo S. Efeito Território. Explorações em torno de um conceito sociológico. Civitas, n. 2, v. 13. Porto Alegre, maio-agosto 2013, p. 381-402.

BAUDER, Harald. Neighbourhood. Effects and Cultural. Exclusion. Urban Studies, v. 39, n. 1 – 85-93 - 2002.

BORGES, Ângela M. C.; CARVALHO, Inaiá M. M. de. Revisitando os Efeitos de Lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. Salvador, Caderno CRH, vol. 30, nº 79, jan/abr. 2017, pp. 121-136.

BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 159-160.

BURGOS, Marcelo T. B. Segregação Urbana e Segregação Institucional. Trabalho apresentado ao XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto C. (Orgs.) Salvador: Transformações na Ordem Urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto C. Como Anda Salvador. 2ª Ed., Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

COSTA SILVA, Diogo Reysda. Vazios Ocultos: dinâmica urbana e acesso à educação básica em Salvador. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2016.

CUNHA, Marcos P.; JAKOB, Alberto. A Segregação Sócio Espacial e Inserção no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Campinas. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2010, p. 115-139.

ELLEN, Ingrid G.; TURNER, Margery A. Does neighborhood matter Assessing recent evidence. Housing Policy Debate, volume 8, issue 4, 2001, p. 833-866.

FERNANDES, Cláudia M.; CARVALHO, Inaiá M. M. de. Organização do Território e Desigualdades Sociais na Região Metropolitana de Salvador. In: Transformações na Ordem Urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO, 16/06/2016, Caderno Seminário Folha Cidades e Territórios, p. 2.

GALSTER, C.; KILLEN, S. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. *Housing Policy Debate*, v. 6, n. 1, 1995, p. 7-43.

GOMES, Sandra; AMITRANO, Cláudio. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao emprego e desemprego. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). São Paulo, Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais. São Paulo, Ed. SENAC, 2005.

KATZMAN, Rubem; RETAMOSO, Ruben. Segregacion espacial, empleo y pobreza em Montevideo. *Revista CEPAL*, 85, 2005, p. 131-148.

KEARNS, Ade; PARKINSON, Michael. The significance of Neighbourhood. *UrbanStudies*, 2001, 382103.

MARQUES, Eduardo. Redes Sociais, Segregação e Pobreza. São Paulo, Editora UNESP/Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo.(Org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, Ed. SENAC, 2005, 329 p.

MOLINATTI, Florencia. Segregacion residencial y inserção laboral em la ciudad de Cordoba. *EURE*, v. 39, n. 117, Santiago, 2013, p. 117-145.

PRETECEILLE, Edmond. La segregacion ethno raciale at-elle augmenté dans la metrópole parisiense? *Revue Française de Sociologie*, v. 50, n. 3, p. 489-519.

PRETECEILLE, Edmond. Segregação Urbana. In: IVO, Anete B. L. (Coord.). Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social. São Paulo, Anablume, 2013, p. 442-

RIBEIRO, Luiz Cesar Q.; KAZTMAN, Ruben. A cidade contra a escola. Segregação urbana e desigualdades educacionais nas grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2008, 367 p.

SABATINI, Francisco; WORMALD, Guilherme; RASSA, Alejandra (Ed.). Segregación de la Vivenda Social: ocho conjuntos en Santiago. Concepcion y Talca. Santiago, Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales de PontificiaUniversidad Católica de Chile, 2013.

SARAVI, Gonzalo A. Mundos aislados: segregacioón urbana y desigualdade em la ciudad de Mexico. *EURE*, v. XXXIV, n. 103, 2008, p. 93-110.

SGANZERLA, Celia. Azimute – Pesquisa predefinida – Escolas bem equipadas. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia (SEI), Azimute, 2013.

SMALL, Mario L.; NEWMAN, Katherine. Urban poverty after The Truly Disadvantaged. The rediscovery of the Family, the neighborhood and culture. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 23-45, 2001.

VAN ZANTEN, Agnès. L'École de la periferia (a escola da periferia revisitada). In: Kawczyk, Nora (Org.). *Sociologia do ensino médio. Crítica do economicismo na política educacional*. São Paulo, Cortez.

WACQUANT, Loic. *As Duas Faces do Gueto*. São Paulo, Boitempo, 2008.

WILSON, William J. *The Truly Disadvantaged. The Inner City, the underclass and Public Policy*. Chicago, The University of Chicago Press, 1987, 254 p.